

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE)

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL MÉDIO

Cargo 3 AGENTE ADMINISTRATIVO

TARDE

Caderno A

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno A — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 9 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 10 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 22/12/2008, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II 29 e 30/12/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 6/2/2009 – Resultado final das provas objetivas e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 – MTE, de 21/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; EUA = Estados Unidos da América; MP = Ministério Público; MTE = Ministério do Trabalho e Emprego; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 **Grupo Móvel** — O Sr. se lembra quando o Grupo esteve aqui antes?

Jacaré — Hum! Olha, acho que faz uns oito anos...

4 **Grupo Móvel** — Saiu um monte de gente, por que o Sr. não saiu?

7 **Jacaré** — É, saiu um monte de gente, mas o patrão pediu para ficar e eu fiqueii.

Grupo Móvel — O que o Sr. fez com o dinheiro da indenização que recebeu na época?

10 **Jacaré** — Construí um barraquinho... Comprei umas vaquinhas...

13 **Grupo Móvel** — Depois disso, o Sr. recebeu mais alguma coisa?

Jacaré — Não, não recebi mais nada, além de comida. Ele disse que eu teria de pagar pelo dinheiro que recebi.

16 **Grupo Móvel** — Mais nada?

Companheira de Jacaré — Ele diz que a gente ainda está devendo e não deixa tirar nossas vacas, diz que são dele. Até as

19 leitões que pegamos no mato ele diz que são dele.

Grupo Móvel — Por que o Sr. continua trabalhando?

22 **Companheira de Jacaré** — Porque ele não quer ir embora sem receber nada. Nem as vacas ele deixa a gente levar.

Grupo Móvel — Quantos anos o Sr. tem?

Jacaré — Tenho 64 anos.

25 **Grupo Móvel** — E trabalha para ele há quantos anos?

Jacaré — Faz uns 30 anos.

Grupo Móvel — O Sr. pede dinheiro para ele?

28 **Jacaré** — Não, não peço. Precisa pedir? Se a gente trabalha, não precisa pedir.

O dilema de Eduardo Silva, conhecido como Jacaré, enfim, foi resolvido. Ele foi retirado da fazenda em Xinguara, no Pará. O Grupo Especial Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do MTE abriu para ele uma caderneta de poupança, onde foi depositado o valor das verbas indenizatórias devidas, cerca de R\$ 100 mil.

Revista Trabalho. Brasília: MTE, ago./set./out./2008, p. 43 (com adaptações).

Acerca dos aspectos estruturais e lingüísticos e dos sentidos do texto ao lado, julgue os itens a seguir.

1 O que faz de Eduardo Silva objeto de interesse da ação do Grupo Móvel é o fato de que o trabalhador optou por trabalhar sem receber a remuneração correspondente, conforme se depreende do trecho “o patrão pediu para ficar e eu fiqueii” (ℓ.6-7).

2 Nas linhas 10 e 11 do texto, o diminutivo empregado em “barraquinho” e “vaquinhas” tem valor subjetivo.

3 Em “Porque ele não quer ir embora sem receber nada. Nem as vacas ele deixa a gente levar” (ℓ.21-22), nas duas ocorrências, o pronome “ele” refere-se à mesma pessoa.

4 Na linha 20, como “Por que” está no início de uma pergunta, a palavra **Porque** poderia, corretamente, substituí-la.

5 No trecho “Não, não peço. Precisa pedir? Se a gente trabalha, não precisa pedir” (ℓ.28-29), Jacaré apresenta sua concepção acerca das relações de trabalho entre os homens.

6 Os sinais de pontuação utilizados no texto — o travessão, os pontos de interrogação, as reticências e a exclamação — estão relacionados ao tom de oralidade que predomina no texto.

7 Por suas características estruturais, é correto afirmar que o texto em análise é uma descrição.

1 O trabalho infantil no Brasil, ao longo da sua história,
nunca foi representado como um fenômeno negativo na
4 mentalidade da sociedade brasileira. Até a década de 1980, o
consenso em torno desse tema estava consolidado para entender
o trabalho como sendo um fator positivo no caso de crianças
que, dada sua situação econômica e social, viviam em
7 condições de pobreza, de exclusão e de risco social. Tanto a
elite como as classes mais pobres compartilhavam plenamente
dessa forma de encarar o trabalho infantil. Um conjunto de
10 idéias simples, mas de grande efeito, manteve-se inquestionável
durante séculos. Frases, tais como “é melhor a criança trabalhar
do que ficar na rua exposta ao crime e aos maus costumes”, e,
13 ainda, “trabalhar educa o caráter da criança”, traduziam a noção
fortemente arraigada de que trabalho é solução para a criança.
Se para a elite social o trabalho infantil era uma medida de
16 prevenção, para os pobres era uma maneira de sobreviver. Por
motivações diferentes, elite e classes desfavorecidas
concordavam: lugar de criança pobre é no trabalho. Esses mitos
19 culturais funcionaram como catalisadores das ações das
instituições públicas e privadas a respeito das crianças e
adolescentes trabalhadores. A inércia secular do Brasil diante
22 do trabalho social só pode ser entendida quando considerada a
força da mentalidade que albergava o trabalho infantil em seu
seio como parte da natureza das coisas. Quantitativamente, o
25 trabalho infantil diminuiu, mas as razões simbólicas necessárias
para sua existência continuam vivas na cultura brasileira.

Brasil. Plano nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente. Brasília: MTE, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004, p. 23-8 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 8 De acordo com o texto, a razão pela qual os pobres consideravam o trabalho infantil um meio de sobrevivência era a mesma pela qual as elites o encaravam como medida de prevenção à delinqüência.
- 9 O texto afirma que, para entender o motivo por que o trabalho infantil perdurou tanto tempo no Brasil, é preciso considerar o quanto a idéia do trabalho infantil foi naturalizada no interior da sociedade brasileira.
- 10 Segundo o texto, a diminuição cada vez maior do trabalho infantil está assegurada pela superação das razões simbólicas de sua existência na cultura brasileira.
- 11 Nas linhas de 11 a 13 do texto, as frases apresentadas entre aspas são exemplos do conjunto de idéias comuns à mentalidade da sociedade brasileira em relação ao tema do texto.
- 12 No trecho “viviam em condições de pobreza, de exclusão e de risco social” (l.6-7), apresentam-se as razões pelas quais o trabalho deve ser considerado um fator positivo na infância.
- 13 À linha 15, a forma verbal “era” foi empregada na primeira pessoa do singular para concordar com a expressão “a elite social”.

1 Nós, chefes de Estado e de Governo dos 21
países ibero-americanos, reunidos na XIII Conferência
Ibero-Americana, na cidade de Santa Cruz de la Sierra,
4 Bolívia, reiteramos o nosso propósito de continuar a
fortalecer a Comunidade Ibero-Americana de Nações
como fórum de diálogo, cooperação e concertamento
7 político, aprofundando os vínculos históricos e culturais
que nos unem, e admitindo, ao mesmo tempo, as
características próprias de cada uma das nossas múltiplas
10 identidades, que permitem reconhecer-nos como uma
unidade na diversidade.

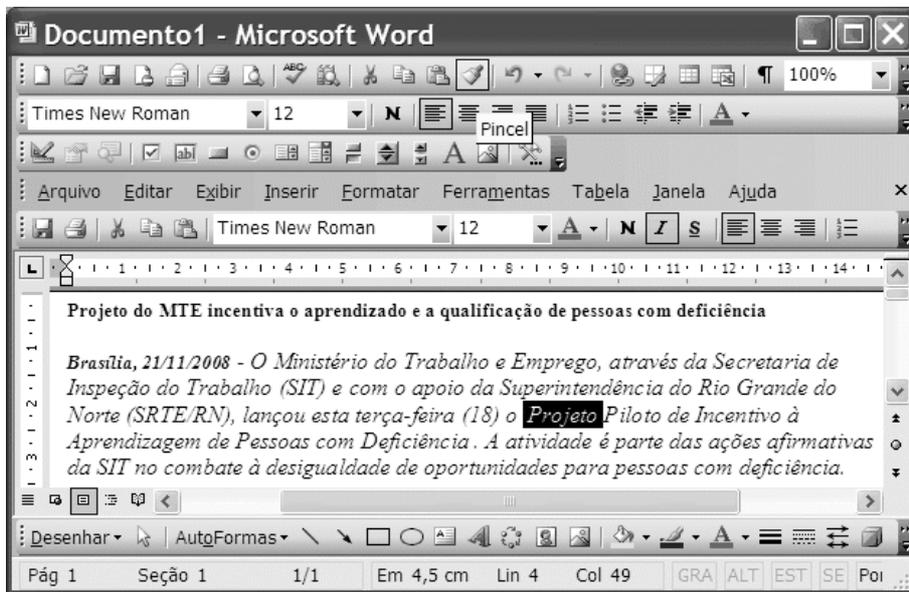
Estamos conscientes de que a exclusão social é
13 um problema de caráter estrutural com profundas raízes
históricas, econômicas e culturais, cuja superação exige
profunda transformação das nossas sociedades atingidas
16 pela desigualdade na distribuição da riqueza.
Reconhecemos a urgente necessidade de implementar
políticas públicas de diminuição da pobreza e de aumento
19 da participação dos cidadãos de todos os setores da
população, excluídos da definição das políticas sociais,
dos processos decisórios e do controle e fiscalização dos
22 recursos financeiros consignados a tais políticas, de forma
que eles sejam os atores do seu próprio processo de
desenvolvimento. Assim, poderemos assegurar seu maior
25 acesso à terra, às fontes de trabalho, à melhor qualidade
de vida, à educação, à saúde, à habitação e a outros
serviços básicos.

28 Os chefes de Estado e de Governo dos países
ibero-americanos subscrevem a presente declaração, em
dois textos originais na língua espanhola e na língua
portuguesa, ambas igualmente válidas, na cidade de Santa
Cruz de la Sierra, aos 15 dias de novembro do ano
31 de 2003.

Na trilha de Salvador: a inclusão social pela via do trabalho decente. Brasília: MTE, Assessoria Internacional, 2004, p. 27, 30 e 35 (com adaptações).

Quanto aos sentidos e aos aspectos estruturais e lingüísticos do texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 14 Conclui-se do texto que as históricas desigualdades econômicas e culturais dos povos ibero-americanos tornam inviáveis as políticas públicas capazes de fazer com que os excluídos sejam sujeitos de seu próprio desenvolvimento.
- 15 Por estar escrito na primeira pessoa do singular, o texto apresenta aspectos subjetivos que contrariam as normas da redação de correspondências e documentos oficiais.
- 16 De acordo com as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, a palavra “ibero-americanos” (l.2) também poderia ser corretamente escrita da seguinte forma: **ibero-americanos**.
- 17 O trecho “o nosso propósito de continuar a fortalecer a Comunidade Ibero-Americana de Nações como fórum de diálogo, cooperação e concertamento político” (l.4-7) complementa o sentido do verbo “reiteramos” (l.4).
- 18 Considerando-se os sentidos do texto, o termo “concertamento” (l.6) poderia ser substituído por **acordo**.
- 19 A expressão “uma unidade na diversidade” (l.10-11) refere-se ao fato de que os países representados no texto têm características próprias que os diferenciam uns dos outros e vínculos históricos e culturais que os aproximam.
- 20 Na enumeração feita nas linhas de 25 a 27, o trecho “a outros serviços básicos” poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: **à outros serviços básicos**, ou seja, com sinal indicativo de crase.



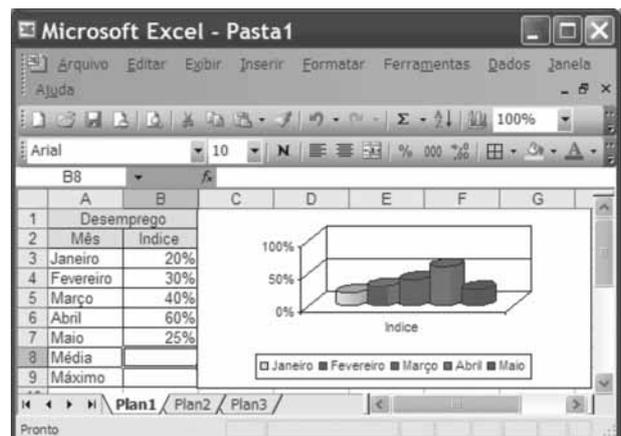
Considerando a figura acima, que apresenta uma janela do Word 2003 com um documento em edição, julgue os itens a seguir.

- 21 Na situação da figura mostrada, ao se clicar a ferramenta , a palavra *Projeto* será excluída do documento em edição.
- 22 A fim de se converter em tabela o texto mostrado do documento em edição, é suficiente selecionar esse texto, clicar a opção Converter no menu **Tablela**, selecionar a opção Texto em tabela, selecionar o número de colunas desejado e clicar OK.
- 23 Na situação da figura mostrada, por meio da ferramenta , é possível associar a palavra *Projeto* a um endereço da Internet, criando-se um *link*.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Internet Explorer, com uma página *web* sendo apresentada, julgue os seguintes itens.

- 24 Ao se clicar a ferramenta , a página anteriormente visitada será apresentada.
- 25 O recurso **RSS** (*rich site summary* ou *really simple syndication*) é uma forma simplificada de apresentar o conteúdo de um sítio, permitindo, por exemplo, que o usuário receba notícias do MTE em tempo real.
- 26 Existe opção no menu **Ferramentas**, denominada Segurança, que permite definir parâmetros para garantir a segurança do computador por meio de criptografia e assinatura digital.
- 27 Assim como o Windows XP, o Linux também disponibiliza o *browser* Internet Explorer na sua instalação.



Considerando a figura acima, que apresenta uma janela do Excel 2003 com uma planilha em elaboração, julgue os itens subsequentes.

- 28 A média dos valores contidos nas células de B3 a B7 pode ser calculada usando-se a fórmula =média X (B3:B7).
- 29 O gráfico mostrado na planilha pode ter sido criado usando-se a ferramenta , ou por meio da opção Gráfico do menu **Inserir**.
- 30 Pode-se alterar o tamanho do gráfico mostrado por meio do seguinte procedimento: clicar sobre o gráfico; mover o ponteiro do *mouse* sobre a borda da área do gráfico até que ele se transforme em uma seta dupla; pressionar e manter pressionado o botão esquerdo do *mouse*; alterar o tamanho da área do gráfico arrastando a sua borda; liberar o botão esquerdo do *mouse*.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Um cliente de determinado contador está sendo investigado pela Receita Federal por sonegação de tributos. Em uma operação, realizada no escritório do contador, os fiscais da Receita apreenderam, sem autorização judicial ou do referido profissional liberal, documentos desse cliente que lá estavam guardados, entre eles uma carta aberta com dados de uma conta bancária existente no exterior.

Com relação a essa situação hipotética e acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 31** No caso em tela, não houve violação de domicílio, pois o conceito de domicílio não abrange os escritórios de profissionais liberais.
- 32** Mesmo que cumpridas as demais exigências legais, a apreensão da carta viola o sigilo de correspondência.

Antônio, brasileiro naturalizado, médico de formação e ex-senador da República, foi escolhido pelo presidente da República para o cargo de ministro das Relações Exteriores. Após tomar posse, auxiliou o presidente na assinatura de um tratado internacional. Alguns anos depois, foi requerida a sua extradição por ter, antes da sua naturalização, praticado crime contra o sistema financeiro de seu país de origem.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 33** Mesmo que cumpridos os demais requisitos legais, Antônio não poderia ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores, já que esse cargo é privativo de brasileiro nato.
- 34** Assinatura de tratado internacional é função típica do chefe de Estado e não do chefe de governo.
- 35** Desde que atendidos os demais requisitos legais, Antônio poderá ser extraditado, pois o crime comum que ele praticou ocorreu antes da sua naturalização.

Acerca da ordem social, julgue os itens que se seguem.

- 36** Sobre a receita de concursos de prognósticos incide contribuição social destinada a financiar a seguridade social.
- 37** Mesmo que um servidor público federal possua regime próprio de previdência social, ele poderá ser contribuinte facultativo do regime geral de previdência social.
- 38** Suponha que Maria, de 25 anos de idade, possua deficiência que a incapacita ao trabalho e que, na casa em que mora, com a mãe e mais cinco irmãos, a renda familiar seja de um salário mínimo. Nessa situação, Maria tem direito a benefício da assistência social, no valor de um salário mínimo por mês, mesmo na hipótese de jamais ter contribuído para a seguridade social.
- 39** Considere que a diretora de uma escola pública de ensino fundamental passe a cobrar dos seus alunos uma anuidade como contribuição para a escola e que uma aluna, por não pagar tal anuidade, mesmo tendo condições econômicas para isso, tenha sido impedida pela diretora de assistir às aulas. Nesse caso, a conduta da diretora de impedir essa aluna de assistir às aulas não viola a Constituição.
- 40** O inventário, a desapropriação e o tombamento são formas de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, cada um dos itens subseqüentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 41** Maria, servidora pública federal, é esposa de Pedro, que foi recentemente aprovado em concurso público na esfera federal em localidade distinta do domicílio do casal. Nesse caso, Maria tem direito a ser removida para acompanhar o seu cônjuge.
- 42** Joana, que ocupa determinado cargo em comissão, é a substituta legal de Adriana, que ocupa cargo em comissão superior ao de Joana, e que vai gozar férias durante 1 mês. Nesse caso, durante as férias de Adriana, Joana assumirá o exercício dos dois cargos, podendo ainda optar pela remuneração de um deles.
- 43** Paulo não gozou as férias relativas ao ano de 2008 e, em 16 de julho desse mesmo ano, foi exonerado do cargo em comissão que ocupava. Nessa hipótese, Paulo fará jus a indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício de fração superior a 14 dias.

Sônia foi destituída do seu cargo em comissão, ao fundamento de que teria recebido propina para firmar contrato administrativo de compra e venda de um imóvel público, sem que houvesse licitação.

Com relação à situação hipotética apresentada e acerca dos atos administrativos e das licitações, julgue os itens seguintes.

- 44** Se, pelo mesmo fato, Sônia for absolvida em processo penal a que responda, ao fundamento de ausência de prova da materialidade do crime, então, nesse caso, ela terá direito à anulação do ato de destituição do cargo em comissão, em face da teoria dos motivos determinantes.
- 45** A venda de imóveis públicos que não mais estejam afetados ao serviço público deve ser feita por meio de concorrência.

Acerca dos poderes públicos, julgue os itens a seguir.

- 46** Se o presidente da República, ao regulamentar uma lei para a sua fiel execução, exorbite dos limites legais impostos, então, nesse caso, é possível a edição de decreto legislativo por parte do Senado Federal para sustar o dispositivo do decreto presidencial que ultrapassou os limites legais.
- 47** O poder disciplinar do presidente da República para aplicar penalidade de demissão a servidor público federal pode ser delegado a ministro de Estado.

Acerca das licitações, julgue os itens que se seguem.

- 48** No pregão, os licitantes devem apresentar, primeiramente, as suas propostas e, somente depois de encerrada a fase competitiva, inclusive com possibilidade de lances verbais e sucessivos, com vistas à obtenção do menor preço, é que se dará a análise dos documentos de habilitação do licitante vencedor.
- 49** Viola o caráter competitivo do certame a existência de cláusula do edital que preveja que somente os licitantes cuja sede seja localizada na sede da repartição pública é que poderão participar da licitação.
- 50** Caso a União pretenda contratar determinados artistas para cantar nas celebrações de final de ano em Brasília, deverá, necessariamente, utilizar-se de uma das modalidades de licitação prevista na Lei n.º 8.666/1993, ou mesmo do pregão.

Acerca da qualidade no atendimento ao público, julgue os itens a seguir.

- 51** A qualidade do atendimento ao público fundamenta-se na prestação da informação correta, na cortesia do atendimento, na brevidade da resposta e na adequação do ambiente para a realização do atendimento.
- 52** A avaliação de satisfação do usuário deriva da mesma premissa que orienta o estabelecimento de padrões de qualidade pelas organizações públicas, ou seja, da necessidade de envolver a ótica do cidadão sobre as demandas de atendimento.
- 53** Para planejar um programa de atendimento ao público por um órgão público, é necessário investigar as experiências bem-sucedidas em organizações privadas e tentar reaplicá-las na realidade da administração pública.
- 54** O trabalho desenvolvido pelo funcionário que exerça a função de atendimento ao público deve ser considerado mera reprodução de procedimentos padronizados.
- 55** O atendente, ao desempenhar seu trabalho, cria uma possibilidade de relação interpessoal que possibilita a aproximação entre a satisfação do cliente/cidadão e os objetivos da organização.

A busca da gestão socialmente responsável tem exigido maior transparência das instituições, sejam públicas, sejam privadas, nas relações com seus fornecedores, funcionários e clientes. Tal atributo tem sido fundamental para a reputação das organizações, que devem explicitar à sociedade seus valores e a seu corpo funcional os padrões éticos e de conduta considerados adequados. Nesse contexto e à luz do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal, julgue os itens seguintes.

- 56** O agente público tem o dever de buscar o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade na tentativa de proporcionar a consolidação da moralidade do ato administrativo praticado.
- 57** O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- 58** De acordo com o referido código de ética, tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.
- 59** Um servidor que permite que um processo não seja solucionado a contento pode ser acusado de usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa.
- 60** O referido código serve primordialmente para punir o comportamento não-ético do servidor público, já que possui caráter de obrigatoriedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito da estrutura regimental do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), julgue os itens a seguir.

- 61** É exemplo de órgão de assistência direta e imediata ao ministro de Estado o Departamento de Emprego e Salário.
- 62** As superintendências regionais de trabalho e emprego são unidades descentralizadas do MTE.
- 63** Compete ao gabinete do ministro assisti-lo nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais.
- 64** A verificação dos aspectos disciplinares dos procedimentos fiscais e administrativos é de competência da secretaria executiva.
- 65** A consultoria jurídica do MTE é órgão próprio e específico desse ministério.
- 66** O acompanhamento das atividades do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) cabe ao Departamento de Fiscalização do Trabalho.

Em relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), julgue os itens subsequentes.

- 67** As empresas que dispensarem ou admitirem empregados ficam obrigadas a fazer a respectiva comunicação às delegacias regionais do trabalho (DRTs).
- 68** A empresa que mantiver empregado não-registrado estará sujeita a multa no valor de um salário mínimo por trabalhador não-registrado.
- 69** É vedado a qualquer empresa, independentemente da situação econômica ou financeira em que se encontre, proceder à redução da jornada de trabalho de seus empregados, assim como à dos respectivos salários.

No que se refere à relação anual de informações sociais (RAIS), julgue os itens que se seguem.

- 70** Na RAIS, identifica-se o empregado pelo número da inscrição no Programa de Integração Social (PIS).
- 71** A RAIS contém elementos destinados a suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais na área social.
- 72** As contribuições destinadas ao PIS e ao FGTS devem ser recolhidas em instrumentos distintos, sendo observado o programa específico para cada contribuição.
- 73** De acordo com o Decreto n.º 76.900, que instituiu a RAIS, cabia à Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) a fase inicial de processamento da RAIS, até a conclusão da geração do cadastro final.
- 74** A RAIS passou a ser obrigatória para as empresas a partir do exercício do ano de 1980.
- 75** As exigências da legislação de nacionalização do trabalho são informações que devem estar presentes na RAIS.

Julgue os itens a seguir, acerca do abono salarial e do seguro-desemprego.

- 76** É finalidade do programa de seguro-desemprego prover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de qualquer tipo de dispensa, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.
- 77** O trabalhador que for identificado como submetido a condição análoga à de escravo deve ser resgatado dessa condição, tendo o direito de receber três parcelas de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo cada parcela.
- 78** Não terá direito de receber as parcelas do seguro-desemprego o trabalhador desempregado que possuir renda própria de qualquer natureza, a qual seja suficiente para a manutenção de sua família.
- 79** Para fins de apuração do benefício do seguro-desemprego, será considerada a média dos salários dos últimos três meses anteriores à dispensa.
- 80** Dependendo do salário recebido pelo beneficiário, o valor do seguro-desemprego poderá ser menor que um salário mínimo.
- 81** A admissão do trabalhador em novo emprego não gera a suspensão do pagamento do seguro-desemprego.
- 82** A recusa, por parte do trabalhador desempregado, de outro emprego, condizente com sua qualificação profissional e com a remuneração que recebia anteriormente, é motivo para o cancelamento do seguro-desemprego.
- 83** A morte do segurado não cancela o pagamento do seguro-desemprego, uma vez que seus herdeiros podem se habilitar para continuar recebendo o benefício.
- 84** O período máximo durante o qual um trabalhador desempregado pode receber o benefício do seguro-desemprego é de seis meses.
- 85** O seguro-desemprego pode ser requerido imediatamente após a rescisão do contrato de trabalho, desde que o trabalhador não possua outra renda.
- 86** De acordo com a Lei n.º 7.998/1990, a comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação do trabalhador no benefício do seguro-desemprego causa a suspensão do pagamento do benefício.
- 87** O valor referente ao abono salarial corresponde ao valor de um salário mínimo vigente na época do pagamento.
- 88** Uma das condições para que o trabalhador receba o abono salarial é o cadastramento, há pelo menos cinco anos, no fundo de participação PIS-PASEP ou no cadastro nacional do trabalhador.

No que diz respeito à emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), julgue os itens subseqüentes.

- 89** A CTPS não é obrigatória para o exercício de emprego rural.
- 90** A CTPS é emitida pelas DRTs ou, mediante convênio, pelos órgãos federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta.
- 91** A CTPS pode ser emitida por procuração, desde que o procurador se dirija à DRT e informe os dados a favor de quem deve ser emitida.
- 92** Não é necessário que a fotografia fornecida para a emissão da CTPS seja datada.
- 93** Se o trabalhador em nome de quem a CTPS deve ser emitida não souber ou não puder assiná-la, ela será emitida mediante impressão digital ou assinatura a rogo.
- 94** De acordo com a legislação atual, a anotação da profissão na CTPS deve ser feita mediante a apresentação do diploma expedido por escola oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação.
- 95** As anotações referentes à alteração do estado civil e aos dependentes do portador da CTPS devem ser feitas pelo INSS.
- 96** Caso sejam esgotados os espaços previstos na CTPS para as anotações, deverá ser solicitada a emissão de nova carteira, com número e série novos.
- 97** Os acidentes de trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo INSS na CTPS do acidentado.
- 98** Uma empresa que extraviar ou inutilizar a CTPS de um empregado fica sujeita à aplicação de multa no valor de metade do salário mínimo regional.
- 99** De acordo com a legislação atual, sindicatos representantes da categoria profissional dos empregados podem solicitar a emissão de CTPS.
- 100** A CTPS será fornecida mediante a apresentação de duas fotografias de frente, modelo 3×4, e de qualquer documento oficial de identificação pessoal do interessado no qual possam ser colhidos dados referentes ao nome completo, filiação, data e lugar de nascimento.

Acerca do arquivo, julgue os itens a seguir.

- 101** O MTE tem total autonomia para lidar com seus arquivos, pois, no Brasil, não existe ainda uma política nacional que oriente os órgãos e entidades da administração pública federal com relação a arquivos.
- 102** O conjunto documental produzido e(ou) recebido pelo MTE em decorrência de suas funções administrativas é considerado arquivo público, diferentemente dos conjuntos documentais produzidos e recebidos por instituições de caráter público ou por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos, que são considerados arquivos privados.
- 103** O programa de gestão de documentos, quando implantado em um ministério, por exemplo, permite o desenvolvimento de uma série de atividades arquivísticas, exceto a de avaliação, que são próprias do arquivo permanente.
- 104** Apesar da importância da teoria das três idades documentais e da gestão de documentos, para permitir uma melhor organização dos documentos e um acesso rápido e eficiente aos documentos, não há relação estreita entre esses dois conceitos.
- 105** As correspondências — ofícios, memorandos, cartas — mantidas no setor de trabalho, isto é, próximas de quem trata dos assuntos relacionados a esses documentos, e que aguardam a transferência ao arquivo intermediário, o recolhimento ao arquivo permanente ou a eliminação, são consideradas de arquivo corrente.
- 106** A diminuição do valor primário, a redução da possibilidade de uso ou o encerramento da atividade que gerou o documento de arquivo são indicadores da necessidade de transferência desse registro documental ao arquivo intermediário.
- 107** A entrada de um documento em um ministério, por exemplo, exige seu registro em um sistema de protocolo manual ou informatizado. Esse registro é realizado com o objetivo de se extrair informações específicas de acesso (data, número do documento, destinatário, origem, assunto etc.) do documento para seu controle.
- 108** Para se garantir o controle da tramitação de documentos dentro do MTE, é necessário que os setores de trabalho registrem o andamento dos mesmos no sistema de protocolo — manual ou informatizado. Entretanto, isso deve ser feito apenas para os processos que exigem tal formalidade.
- 109** De acordo com as orientações do Arquivo Nacional para a classificação de documentos de arquivo na administração pública federal, os documentos, quando produzidos ou recebidos nos setores de trabalho, antes de serem ordenados, devem ser classificados e, em seguida, higienizados.
- 110** A estrutura básica de uma tabela de temporalidade deve, necessariamente, contemplar os conjuntos documentais produzidos e recebidos, os prazos de guarda nas fases corrente e intermediária e a destinação final — eliminação ou guarda permanente —, além de um campo para observações necessárias à sua compreensão e aplicação.

Sandro tem 20 anos de idade e é agente administrativo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) de um estado da Federação. Ele pretende mover um processo administrativo no âmbito do MTE em face de resolução emanada pelo ministro em 2001. Pretende, ainda, mover outro processo perante a Superintendência em que atua contra o despacho do superintendente que indeferiu seu pedido de gozo de férias de 45 dias consecutivos.

Considerando a situação hipotética apresentada acima e à luz da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens que se seguem.

- 111** Sandro deverá fazer-se assistir obrigatoriamente por advogado, pois esse é um requisito essencial para mover um processo administrativo no âmbito da administração pública federal.
- 112** É vedado a Sandro iniciar um processo administrativo no âmbito do MTE, pois este se inicia de ofício e não a pedido do interessado.
- 113** Sandro poderá mover um processo administrativo no âmbito da SRTE em que atua somente quando adquirir capacidade, ou seja, aos 21 anos de idade.
- 114** As decisões dos processos administrativos no âmbito do MTE e da SRTE em que Sandro atua deverão ser motivadas de forma explícita, clara e congruente.
- 115** O superintendente regional do trabalho e emprego poderá anular seu ato concedendo férias a Sandro, caso o considere eivado de vício de legalidade.
- 116** Uma vez protocolado o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, o interessado não poderá desistir do pedido.
- 117** Caso o superintendente indefira o pedido no processo administrativo de Sandro, dessa decisão caberá recurso a ser dirigido ao ministro do trabalho e emprego.
- 118** Uma vez interposto o processo administrativo tanto no âmbito do MTE quanto na SRTE, Sandro terá direito a ter vista dos autos, a obter cópias de documentos nele contidos e a conhecer as decisões proferidas.
- 119** Os dispositivos da Lei n.º 9.784/1999 se aplicam, entre outros, aos órgãos do Poder Judiciário da União quando no desempenho de função administrativa.
- 120** Um servidor da SRTE em que Sandro trabalha que esteja litigando judicialmente com a companheira de Sandro estará impedido de atuar no processo administrativo requerido por Sandro.